



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Instituto de Relações Internacionais**  
**Especialização em Relações Internacionais**

**Conselho de Defesa Sul-Americano:  
possibilidade de integração militar efetiva na América do Sul?**

**Saint-Clair Lima da Silva**

*Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília*

**Orientadora: Dra. Norma Breda dos Santos**

**Brasília, 2012**

## **Resumo**

O presente estudo trata do processo de integração militar na América do Sul sob a coordenação do Conselho de Defesa Sul-Americano, criado em 2009 por iniciativa do Estado brasileiro. Repassando as principais tensões regionais latentes, são apresentadas as dificuldades básicas para uma iniciativa de integração em questões de segurança e defesa na América do Sul. Tendo em vista os históricos atritos na região, são verificados os fatores a impulsionar os Estados-membros à coesão em busca de um projeto de integração das forças armadas. Verifica-se que, além da criação de uma zona de paz na região, uma das principais preocupações a dar impulso à formação do Conselho é o temor de intervenções estrangeiras em busca das riquezas naturais da região. No decorrer deste estudo, verificou-se que a promoção de diversas medidas de transparência e confiança entre os Estados, e a existência de uma identidade ideológica comum, atribuída aos militares, vêm favorecendo o processo de integração. O estudo conclui que o Conselho de Defesa Sul-Americano, apesar de diversas dificuldades iniciais e desconfianças que suscitou, tem conseguido, efetivamente, promover uma concreta integração militar na América do Sul.

## **Abstract**

This study discusses the process of military integration in South America under the umbrella of the South American Defense Council, created in 2009 at the initiative of the Brazilian state. Reviewing the major latent regional tensions, the basic difficulties for an initiative of integration into security and defense issues in South America are presented. Given the historical friction in the region, the study verifies the factors to propel the Member States to the cohesion in a search for an integration project of the Armed Forces. It is verified that, besides the creation of a zone of peace in the region, a major concern to give impetus to the formation of the Council is the fear of foreign intervention in search of the natural resources in the region. During this study, it is verified that the promotion of various measures of transparency and trust between states, and the existence of a common ideological identity, attributed to the military, has been facilitating the integration process. The study concludes that the South American Defense Council, despite several initial difficulties and suspicions that gave rise, has been able to effectively promote a concrete military integration in South America.

## INTRODUÇÃO

Segurança Coletiva representa o meio para se alcançar segurança nacional quando a segurança pelo isolamento é descartada como um anacronismo; segurança pela autoajuda é abandonada como uma impossibilidade prática; segurança através de alianças é renunciada por ser uma armadilha e uma ilusão; e a segurança pela governança global é posta de lado como um sonho irrelevante para a realidade.

Inis Claude (2006)

Em 2003, o U.S. Army War College em conjunto com o North-South Center da University of Miami, promoveu uma conferência com o tema “Building Regional Security in the Western Hemisphere”. Uma das principais conclusões dos conferencistas foi a de que o Hemisfério Ocidental tem um cenário único, em contraste com muitas partes do mundo, pois não há a percepção de ameaças militares externas ou entre seus Estados. Após o período da guerra fria e o esfacelamento das ditaduras militares que assolavam a região, há nas Américas o predomínio de regimes democráticos, e “democracias não fazem guerras entre elas”. O General James T. Hill, então Comandante militar americano para o Sul, afirmou que vinha conversando com os comandantes militares dos países das Américas e Caribe com a finalidade de convencê-los de que os objetivos e missões de suas forças armadas deveriam ser alterados, orientados para as novas ameaças do século XXI, identificadas como sendo o recrudescimento do narcotráfico e do tráfico de armas, e a ascensão do terrorismo (FONTELA, 2003: 8).

Esse pensamento, reafirmado diversas vezes pelo governo norte-americano, foi rebatido veementemente pelos países sul-americanos, principalmente no meio militar, que o veem como indicação de mais uma tentativa de dominação americana, sublinhada pela pretensão de acesso às riquezas naturais do subcontinente. Nesse contexto, ademais, é que pode ser compreendida a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), sob a liderança brasileira, com o propósito declarado de contribuir para a criação de uma identidade de defesa sul-americana. O Conselho está alicerçado sobre três princípios bastante caros aos sul-americanos: não intervenção, soberania e territorialidade. Uma de suas atribuições é a de promover a “análise conjunta dos aspectos das situações nacional, regional e sub-regional nas áreas de segurança e defesa bem como a possibilidade de ações coordenadas quando houver riscos e ameaças à segurança dos estados”, conforme afirmou o então Ministro da Defesa do

Brasil, Nelson Jobim, em 2008. O recado é dado claramente aos Estados Unidos: a América do Sul para os sul-americanos.

Numa região que ainda convive com questões territoriais, e que viveu sob a lógica realista de relações entre Estados até há cerca de vinte anos, o engajamento em uma tentativa de cooperação especificamente na área de defesa traz, inevitavelmente, interrogações acerca do real propósito e consequências desse engajamento. É imperioso avaliar a profundidade e o significado dessa iniciativa de cooperação. O governo brasileiro vem dispendendo considerável esforço diplomático na consolidação do Conselho e é preciso que as questões que o levaram a promover a criação do CDS sejam reconhecidas por todos os países-membros como uma ameaça à sua segurança, e não como um exercício imperialista ou de dominação regional.

Dadas todas as dificuldades para efetivação de um processo de integração militar, particularmente entre países que cultivam diversos ressentimentos, o presente estudo procura responder à seguinte pergunta: passados cerca de três anos de sua criação, o CDS tem conseguido, efetivamente, integrar as forças armadas dos países sul-americanos?

A fim de atingirmos esse objetivo, percorreremos um caminho composto de quatro etapas: primeiro, verificaremos quais os principais conflitos que eclodiram no cenário sul-americano e que ainda permeiam as relações entre seus países, dificultando um processo de integração em defesa. Após, analisaremos que ameaças seriam percebidas pelos países da região para abraçarem verdadeiramente um projeto de um Conselho de Defesa, percebendo um objetivo comum, já que são esses fatores que permitirão a coesão necessária para um projeto de integração regional. Sendo uma região que hoje é vista como “o continente com menor incidência de guerras da história da humanidade contemporânea” (PASTORE, 2009), a identificação de um “inimigo” ou objetivo, é bastante importante para consolidação do Conselho. Seguindo nosso estudo, analisaremos a dinâmica do processo de Criação do Conselho, dificuldades e incentivos ao projeto capitaneado pelo Brasil. Finalmente, verificaremos as bases fundamentais dos princípios sobre os quais foram assentados o Conselho de Defesa, contrapondo-os ao pensamento geopolítico dos países sul-americanos. Nessa análise verificaremos se os mecanismos utilizados pelo Conselho para efetivar o processo de integração podem ser considerados válidos, e se estão sendo postos em prática.

Do ponto de vista das relações internacionais, a América do Sul constitui um rico laboratório para análise da cena internacional contemporânea do Pós-Guerra Fria. Apesar de haver evidências de que as alterações geopolíticas ocorridas ao longo das últimas décadas contribuíram para dissolver rivalidades históricas, ainda persiste na região o eco eventual de

antigas disputas. Essas discussões suscitam um questionamento sobre se o Conselho de Defesa Sul-Americano conseguirá, efetivamente, integrar os esforços em defesa do subcontinente, e nesse processo, servir de modelo para as tentativas de integração sul-americana de escopo mais amplo.

## 1. AMÉRICA DO SUL: DAS TENSÕES HISTÓRICAS AOS OBJETIVOS COMUNS

Até os anos 1980, a integração nunca fora parte significativa da agenda dos países sul-americanos. A despeito de ser visto como “um continente de paz entre nações”, como afirma o Comandante do Comando Sul dos Estados Unidos (FONTELA, 2003: 5), percebe-se que o processo de integração militar da América do Sul não é de conformação simples. Existem no continente diversos focos de tensão que, se não impedem, ao menos obstam bastante um esforço integral na área de cooperação regional. Muitas dessas tensões são heranças dos principais conflitos armados que ocorreram na região:

- a) a Guerra do Paraguai, ocorrida entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai entre 1864 e 1870 e que ceifou um número estimado de 424.000 vidas;
- b) a Guerra do Pacífico, entre Chile, Peru e Bolívia, entre 1879 e 1883, com a morte de 14.000 pessoas; e
- c) a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, ocorrida entre os anos de 1932 a 1935, com 89.000 mortos.

Além das divergências históricas entre seus países, outras dificuldades para o processo de integração da América do Sul foram as demasiadas ambições dos principais países do continente (Brasil, Argentina e Venezuela) e o sacrifício de uma integração de caráter econômico em prol de uma experiência liberal comercial. Os temas que encabeçavam as prioridades dos governos do continente após a Segunda Guerra Mundial estavam relacionados ao problema do desenvolvimento-subdesenvolvimento, à industrialização e à necessidade de uma política externa mais independente, menos alinhada aos Estados Unidos (VIGEVANI, ET ALII, 2010: 439) e não a uma integração de qualquer natureza.

O período da Guerra Fria, com a presença de governos ditatoriais em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Equador e Peru, construiu um cenário geopolítico de bastante desconfiança, com os países concentrando tropas em suas fronteiras com a finalidade de proteger o território de uma possível invasão do governo vizinho – o conflito entre Argentina e Chile pela área do Canal de Beagle sendo, provavelmente, o que ganhou maior visibilidade (SENHORAS, 2009); ou com o objetivo de consolidar uma hegemonia sub-regional no continente, clara situação envolvendo Brasil e Argentina.

Hoje, permanecem ainda latentes diversos atritos, vários desses relacionadas a problemas de demarcação de fronteiras:

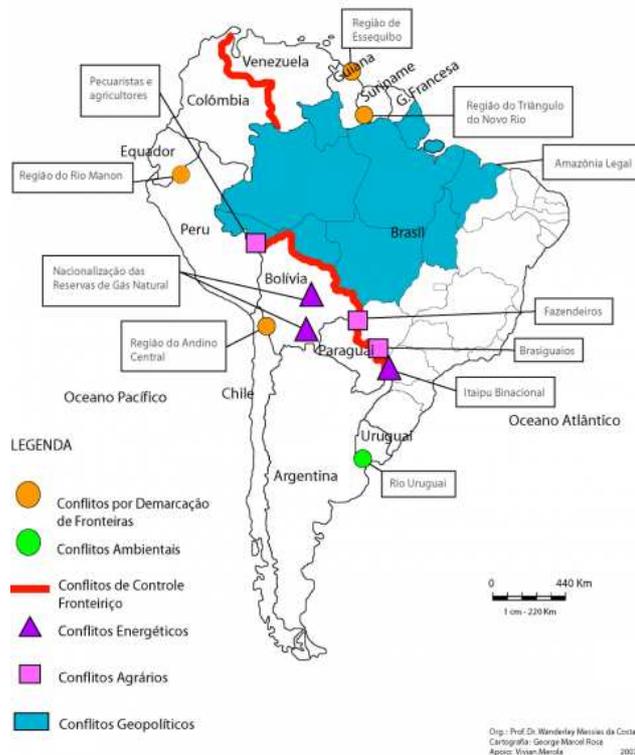
- a) Peru e Equador: demarcação de fronteiras na região do rio Manon;
- b) Bolívia e Chile: saída para o mar;
- c) Venezuela e Colômbia: demarcação e controle ao longo de toda a fronteira;
- d) Venezuela e Guiana: demarcação de fronteiras na região do Essequibo;
- e) Guiana e Suriname: demarcação de fronteiras na região do Triângulo do Novo Rio;
- f) Brasil e Bolívia: nacionalização das reservas de gás natural, problemas fronteiriços pela presença de fazendeiros e pela expansão de agricultores e pecuaristas brasileiros.

Adquiriram também significado de crise diplomática os atritos entre a Argentina e o Uruguai, como consequência da decisão deste último de autorizar a instalação de duas grandes plantas industriais de celulose e papel nas margens do Rio Uruguai, na sua fronteira, portanto, com aquele país. A iniciativa uruguaia causou protestos por parte do governo argentino que entrou com um processo na Corte Internacional de Justiça (CIJ) de Haia em 2006 contra o Uruguai. As tensões arrefeceram com a decisão da CIJ a favor do Uruguai no pleito.

Todavia, o mais emblemático conflito geopolítico do continente americano é aquele representado pela questão da saída boliviana para o Pacífico, resultado da guerra com o mesmo nome e que até hoje ocupa intensamente o imaginário popular e as estratégias de estado desse país.

**Figura 1**

**Focos de tensão no continente sul-americano**



**Extraído de:** COSTA, 2009.

Apesar dos atritos listados anteriormente, os analistas em geral reconhecem que, na atualidade, não prevalece mais um quadro de rivalidades tão agudo entre os estados nacionais como o que caracterizou a América do Sul até aproximadamente o início dos anos noventa (COSTA, 2009:12).

Um dos fatores a incentivar a coesão foi a sedimentação dos processos de redemocratização na América do Sul, que proporcionou as bases sobre as quais estão assentadas as políticas estratégicas atuais dos estados da região (COSTA, 2009:12). Como parte desses processos, todos os países decidiram implantar seus respectivos Ministérios da Defesa, o que implica no reconhecimento da natureza civil do processo de elaboração das Políticas de Defesa Nacional (OLIVEIRA, 2004). Além disso, essas políticas passaram a destacar expressamente os seus objetivos gerais de política exterior baseados no respeito ao direito internacional e na convivência pacífica e de cooperação. A aceitação pacífica da Argentina à decisão da CIJ sobre a instalação de fábricas de celulose no rio Uruguai, é ilustrativa acerca dessa disposição mais madura.

Outro fator fundamental na estabilização da região foi o aprofundamento das relações de cooperação Brasil-Argentina a partir dos anos oitenta – na qual a rejeição conjunta às armas nucleares é emblemática – que passava a ser vista como fundamental (VIGEVANI, ET ALLI, 2010: 477) e conquistava adeptos na diplomacia e em diversos setores dos governos dos dois países.

A aproximação entre Brasil e Argentina teve como marco inicial a resolução da crise sobre a construção da hidrelétrica de Itaipu na fronteira entre Brasil e Paraguai. A forma como a participação dos militares contribuiu para a resolução da disputa acabou oferecendo argumentos a diversos analistas que vêem na identidade ideológica da caserna um fator positivo em direção a integração regional. No episódio, os governos dos dois países apostaram numa estratégia baseada na possível identificação de propósitos entre integrantes das forças armadas, e, conforme um graduado funcionário argentino, "as relações entre nossos países são um assunto sério demais para ficar entregue aos diplomatas".<sup>1</sup> Neste sentido, os brigadeiros Délio Jardim de Mattos, então chefe do Estado-maior da Aeronáutica do Brasil, e Orlando Agosti, comandante da Força Aérea argentina e membro da Junta Militar que governava o país, tiveram um “encontro não oficial” em Foz do Iguaçu, no qual mencionam as dificuldades que separam os dois países. Outros encontros entre militares sucederam a esse, culminando no acordo tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai em 1979, que dissipou, em decorrência da “diplomacia militar”, as tensões entre Brasil e Argentina.

A partir da harmonização das relações dos atores mais proeminentes do continente, a integração regional ganha importância como resposta à necessidade de fortalecer a presença dos países sul-americanos no mundo, de dar maior peso ao bloco para reformulação de regimes internacionais, e de dotá-los de maior capacidade nas relações com os maiores centros de poder, particularmente com os Estados Unidos. Após anos de rivalidades e disputas internas, a integração na América do Sul passa também a ser vista como a solução para a criação de uma zona de paz na região. Na Argentina essa visão era defendida por diversos pensadores, para os quais a garantia de paz para o país viria da criação de uma zona de paz em sua área de influência, o sul do continente (CERVO, 2008).

Assim, o desenvolvimento de mecanismos de confiança mútua torna-se cada vez mais importante. Entre os militares da região há uma percepção compartilhada de que a possibilidade de conflitos na América do Sul provocada por ações militares é distante ou quase inexistente, “uma vez que o relacionamento entre militares brasileiros com os demais

---

<sup>1</sup> “A sofrida procura da paz.” *Veja*, edição nº 464, de 27 de julho de 1977, p. 16.

de todos os países do subcontinente é cada vez mais próximo, solidário e receptivo, a tendência é que essa fonte de conflito doravante seja mais e mais remota.” (SOUZA, 2008: 3).

Ações da “diplomacia militar” como instrumento para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, parece ser uma realidade entre os países sul-americanos: “Esses instrumentos são utilizados de modo contínuo e duradouro há muito tempo e traduzem-se pelas iniciativas, sobretudo das forças armadas brasileiras, para estreitarem laços e promover intercâmbios regulares e efetivas medidas de cooperação” (SOUZA, 2008: 5). Em 2006, no Brasil, o Coronel do Exército Miguel Angelo Campagnac Rabello promoveu uma pesquisa na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército que lhe permitiu concluir que a elevada confiança adquirida no meio militar da América do Sul tem sido interpretada, pelos próprios militares, como base para uma futura integração militar regional (RABELLO, 2006).

Por mais paradoxal que possa parecer inicialmente, a identidade militar tem, portanto, sido percebida como um fator de aproximação entre vizinhos. A percepção é a de que os padrões compartilhados de caráter tornam o diálogo entre os segmentos militares mais direto e objetivo, permitindo a eles, por vezes, atuar como agentes da diplomacia (AMARAL, 2004).

Além dessa percepção de “identidade”, outro fator a gerar uma aproximação entre os militares, todavia menos mencionado, foi a forte influência americana sobre o continente durante a Guerra Fria, que instou os militares a se perceberem como membros de uma liga informal supranacional (MARTIN, 2001:89), envolvida na luta contra a “subversão interna”, entendida aí como os comunistas e os governos “populistas”. Promoveram, em decorrência, golpes militares e os Estados de Segurança Nacional (SCHILLING, 1991) em todo o continente.

Datam de 1890 as primeiras tentativas norte-americanas de exercer influência sobre o continente, por ocasião da primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos. Dessa reunião resultou a União Internacional das Repúblicas Americanas, com o propósito declarado de criar um espaço econômico e político unificado dentro da concepção do pan-americanismo, no qual os EUA exerceriam, obviamente, o papel hegemônico (VIDIGAL, 1996: 5).

A 2ª Guerra Mundial levou os norte-americanos a renovar seus esforços para aumentar o controle sobre o hemisfério através de uma ofensiva político-diplomática e pressões econômicas sobre os países da região, com o objetivo de anular a influência alemã, e fazê-los contribuir para o esforço de guerra, se não ativamente, pelo menos como fornecedores de matérias-primas estratégicas (VIDIGAL, 1996: 6). Esses esforços culminaram com a

celebração, em 1949, do TIAR – Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca, que tem como princípio central a declaração de que um ataque contra um dos membros é considerado um ataque contra todos.

Invocado algumas vezes, especialmente pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, o TIAR enfraqueceu-se aos olhos dos demais países do continente após a invasão de Granada em 1983, e do Panamá em 1989. Durante a Guerra das Malvinas, os Estados Unidos favoreceram o Reino Unido, o que foi visto como o fracasso derradeiro do acordo. Em 2001, os norte-americanos invocaram o tratado após os atentados de 11 de setembro, mas os países da América Latina não se lançaram à "Guerra ao Terror" de maneira ativa. Em setembro de 2002, citando o exemplo das Malvinas e na expectativa da Guerra do Iraque, o México denunciou formalmente o tratado, que cessou seus efeitos para aquele país dois anos depois.

Cabe ressaltar que durante a conferência de inauguração do Centro de Estudos Estratégicos da Defesa da União de Nações Sul-Americanas, em maio de 2011, ministros e especialistas investiram direta e indiretamente contra as doutrinas de segurança dos Estados Unidos e das potências europeias, definindo um consenso de que o fim dos recursos naturais, o aumento da população, a mudança climática e a política de ações militares “extraterritoriais” dos EUA e de seus aliados são algumas das “ameaças” pairando sobre a América do Sul (MÉNDEZ, 2011).

De fato, a integração regional militar como forma de defesa contra Estados mais fortes é bastante defendida no meio militar brasileiro. Como exemplo, cita-se o pensamento oriundo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército:

O imenso manto verde da floresta amazônica, que recobre parte dos nossos territórios, não deve nos separar, mas sim nos aproximar, para que juntos desenvolvamos esta extraordinária região, pois a selva nos une e a Amazônia nos pertence! (OKAMURA, et alli, 2007).

Outro pensamento militar defendendo a integração vem de um artigo publicado em 1996 pelo Almirante Armando Vidigal, que sugere uma espécie de pacto pela autonomia regional ante a ameaça do *hegemon*. Nesse sentido, a integração regional passava a ser vista como um instrumento de dissuasão, pois “ela fortalece a capacidade dissuasória de cada um e do conjunto” (VIDIGAL, 1996: 111-4).

Essa visão parece já estar cristalizada no pensamento do Estado brasileiro. Em discurso proferido em setembro de 2011 na Escuela de Defensa Nacional, em Buenos Aires, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, repisa a ideia ao afirmar que “a articulação da

integração regional em torno do eixo da defesa é de interesse comum dos países da América do Sul, devendo ser desenvolvida a ideia de dissuasão sul-americana” (AMORIM, 2011).

Efetivamente, podem ser listadas indicações bastante contundentes da intenção de controle norte-americano sobre a América do Sul: a reativação do Comando Sul militar (*Southern Command*)<sup>2</sup>, em 2008 e da Quarta Frota<sup>3</sup> (JARDIM, 2008), a existência de bases militares avançadas na região, a busca do estabelecimento de um mercado comum das Américas sob liderança norte-americana (a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, sepultada com a veemente recusa brasileira de integrar tal órgão sob os moldes apresentados), e a realização, provavelmente decorrente do fracasso da tentativa da ALCA, de acordos bilaterais de cooperação com diversos países sul-americanos.

É em função desses “indícios” que a proposta exposta na conferência do War College, em 2003, sobre a necessidade de integração militar das Américas, remodelando as forças armadas latinas e atuando em conjunto com os Estados Unidos, é veementemente refutada pelos países da América do sul. Apesar de o continente ter diversos pontos de tensão e de desacordos, um ponto parece abarcar as concordâncias desses países: os Estados Unidos são, eles mesmos, percebidos como uma ameaça ao continente.

Em função do gigantismo norte-americano, há, obviamente, um temor de que a liderança daquele país, centrada nos seus interesses, desestimularia qualquer possibilidade de acordos regionais que lhe pudessem ser contrários. Um fato que reforça essa preocupação foi a declaração do Departamento de Estado norte-americano caracterizando o Grupo do Rio<sup>4</sup> como “não amistoso” para com os EUA (ETCHEBERRY, 1996: 8).

Desta forma, por ser o país sul-americano de maior expressão política e econômica, as autoridades brasileiras tem considerado que caberia ao Brasil apresentar-se como alternativa viável para novas propostas à região, o que converge com o anseio brasileiro por melhor inserir-se internacionalmente e de liderar regionalmente.

A atual Política de Defesa Nacional brasileira é explícita a esse respeito e a sua aprovação em 2005 foi o resultado de um amplo processo de consultas, debates e de elaboração coletiva envolvendo segmentos diversos de especialistas e representantes da sociedade civil, além do Congresso Nacional. No seu Capítulo “O Ambiente Regional e o seu

---

<sup>2</sup> O U.S. Southern Command é responsável por fornecer planos de contingência, operações e cooperação de segurança para o Caribe, América Central e América do Sul. Em setembro de 1997 foi reativado em Miami com prioridades e objetivos revisados, abarcando também operações anti-drogas.

<sup>3</sup> Responsável por patrulhar os mares da América Latina, foi desativada no final da Segunda Guerra Mundial e reativada em 1º de julho de 2008.

<sup>4</sup> O Grupo foi constituído em 1986, tendo como membros Argentina, Brasil, Peru, Uruguai, Colômbia, México, Panamá e Venezuela, a fim de dar solução para os problemas latino-americanos.

Entorno Estratégico”, o documento dedica-se a examinar os aspectos mais amplos do atual quadro sul-americano, para em seguida destacar a importância de uma estratégia que vise aprofundar os laços do país no subcontinente, aí incluída a necessária prioridade atribuída à segurança regional (BRASIL, 2005: 3). A Política de Defesa ressalta também a configuração geopolítica do país, aliada à sua relevância no contexto regional, fatores que reforçam a tendência de que praticamente todos os eventos envolvendo as relações internacionais na região repercutem nele em alguma medida. Do mesmo modo, os seus movimentos no entorno, sejam eles diplomáticos, político-estratégicos ou da órbita econômica, tendem a impactar direta ou indiretamente todo o sistema de países, uma característica que é intrínseca à sua atual posição e que lhe proporciona vantagens nas negociações externas, mas que pode lhe carrear, em contrapartida, ressentimentos e eventuais fricções nessas cada vez mais estreitas relações de vizinhança (MEDEIROS FILHO, 2009).

**Figura 2**  
**Presença militar norte-americana na América do Sul**



Fonte: DEAK, 2006

## 2. CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

Com o estancamento dos mecanismos de integração até meados da década de 2000 e o aumento das diferenças e tensões na América do Sul, foi realizada em 2006 a Primeira Reunião de Ministros de Defesa da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), na Bolívia, solicitada pelo Brasil e com a participação de onze países. Na reunião, concluiu-se que era necessário fortalecer a cooperação entre os ministérios de defesa dos países membros da Comunidade Sul-Americana de Nações, a fim de aprofundar e melhorar a efetividade dos mecanismos vigentes entre os setores de defesa dos países sul-americanos. No Brasil, crescia a percepção de que a integração regional seria fundamental para que o país desempenhasse o papel de *global player*, dividindo influência do espaço geopolítico e econômico com os Estados Unidos (FAUSTO e SORJ, 2011).

Ainda em 2006, durante um encontro entre os presidentes Luís Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez, da Venezuela, e Néstor Kirchner, da Argentina, realizado na Granja do Torto em Brasília, Lula apresenta a proposta para a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano. Passados alguns meses após os debates iniciais, a proposta parecia condenada ao “engavetamento”. O tema foi retomado, porém, em outubro de 2007, quando o novo Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, encampou a ideia de que era necessário estabelecer “algo que se possa discutir como um plano latino-americano de defesa” (PIMENTEL, 2007). Dois objetivos principais eram apresentados em seus discursos: a construção de uma identidade regional de defesa e a criação de uma indústria bélica sul-americana. No primeiro semestre de 2008, dois acontecimentos deram relevância à discussão do tema: o conflito envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela<sup>5</sup> e a reativação da Quarta Frota norte-americana. Tais acontecimentos impulsionaram o debate e promoveram uma rodada de negociações entre autoridades de defesa dos países da região.

Em 2008, Nelson Jobim entregou a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) para a Junta Interamericana de Defesa (JID), órgão dependente da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesta ocasião, Jobim expos que o conceito do CDS estaria baseado na “não intervenção, na soberania e na territorialidade”, aclarando que não se pretendia a criação de uma aliança militar nos moldes da OTAN (MEDEIROS FILHO, 2010: 83).

---

<sup>5</sup> Em 1º de março de 2008, forças de segurança colombiana cruzaram a fronteira com o Equador para atacar um quartel de rebeldes das FARC, acantonadas naquele país. A Venezuela mobilizou tropas para defender o Equador.

Finalmente, em 16 de dezembro de 2008, durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado da Unasul (União dos Estados Sul-Americanos), realizada no Brasil, é criado o Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS, como uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa.

A primeira reunião do CDS ocorreu no Chile, em 9 de março de 2009, com a presença dos ministros de defesa de 11 países – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela – a fim de estabelecer tarefas, responsabilidades e cronogramas de trabalho.

Em uma conferência realizada no Center for Strategic and International Studies de Washington, ainda em 2009, o Ministro Nelson Jobim explicou que o Conselho contribuiria para a criação de uma identidade de defesa sul-americana, tomando em conta três áreas principais: a amazônica, a andina e a do Rio da Prata. O ministro listou as atribuições pretendidas para o conselho: articular medidas para aumentar a confiança de segurança sul-americana, incluindo as políticas de defesa comum; preparação e treinamento militar por todas as Américas; exercícios militares conjuntos; participação conjunta em operações de custódia da paz da ONU; integração das bases industriais de defesa; análise conjunta dos aspectos das situações nacional, regional e sub-regional nas áreas de segurança e defesa bem como a possibilidade de ações coordenadas quando houver riscos e ameaças à segurança dos estados; e a articulação e coordenação de posições nos fóruns multilaterais sobre segurança e defesa.

A formação do CDS exigiu, entretanto, um considerável empenho político do governo brasileiro para desfazer receios sobre a constituição e finalidade do novo órgão. O governo colombiano, por exemplo, temia que a iniciativa soasse demasiadamente uma ideia da Venezuela, tendo sido bastante relutante em ingressar em uma instituição que poderia ser percebida por muitos como “um esforço para distanciar a América do Sul do governo americano”, como afirmou o Presidente Colombiano Juan Manuel Santos (VIANA, 2011). Esse receio mostra-se verdadeiro à medida que, durante o processo de negociação para a implantação do CDS, uma das exigências do governo venezuelano era a de que os Estados Unidos fossem citados entre as possíveis ameaças externas à região.

Outro fator de desconfiança entre os países é o fato de o CDS ter tido como principal propagador o ministro brasileiro Nelson Jobim, levantando suspeitas sobre a possibilidade de o conselho refletir um projeto estratégico brasileiro de liderança do subcontinente, uma vez que há uma percepção bastante difundida de que se trata de um país com tendências imperialistas. Nesse sentido, o CDS poderia ser entendido como uma espécie de plataforma

para a exportação dos planos militares do Brasil, refletindo uma estratégia de “sul-americanização” brasileira, segundo a qual o país tenderia a maximizar seus ganhos ampliando suas relações com a América do Sul (MONTEIRO, 2001: 2).

Suspeitava-se também que poderia haver um intuito encoberto de transformar as forças armadas latino-americanas em “guarda hemisférica”, com missões de combate ao crime organizado, em especial ao narcotráfico, e de defesa do meio ambiente, uma vez que esses problemas já extrapolam os limites das fronteiras (MEDEIROS FILHO, 2009: 13). De qualquer maneira, esta discussão conceitual mostra que os assuntos fronteiriços já começam a ser percebidos não como uma questão meramente nacional ou binacional, mas como uma construção sub-regional que responde ao incremento de interdependências entre os países.

Apesar dos problemas relacionados a desconfianças recíprocas entre Estados da região, o forte trabalho político de convencimento patrocinado pelo Brasil e a preocupação com a influência de países mais poderosos sobre a região a cobiçar suas riquezas naturais falou mais alto. O pensamento comum dos países sul-americanos foi expresso pelo Coronel do Exército brasileiro, Paulo Roberto Costa e Silva (2002:187), em artigo apresentado na Escola Superior de Guerra (ESG), onde afirma que há uma “perigosa e danosa cobiça estrangeira” sobre a região. Para ele, a estratégia das grandes potências seria

transformar as Forças Armadas destas nações em gendarmarias ou forças policiais, ao mesmo tempo em que procurariam impor novos conceitos e doutrinas que atendessem a seus interesses, tais como “soberania limitada”, “direito de ingerência”, “internacionalização” de áreas estratégicas, “exércitos transnacionais”, dentre outros.

Seja em função do medo gerado pela possibilidade de interferência de um país mais forte, ou pela vontade verdadeira dos países sul-americanos de integrar a região solidificando a paz entre eles, o Conselho de Defesa Sul-Americano passou na prova inicial de consolidação da instituição, e segue buscando um papel cada vez mais relevante no cenário do subcontinente.

### 3. INTEGRAÇÃO MILITAR NA AMÉRICA DO SUL: POSSIBILIDADE CONCRETA?

A preocupação com o “projeto hegemônico regional brasileiro” não foi o único entrave importante à formação do CDS. Como visto, há ainda diversos conflitos latentes a permear os discursos de governos da região. E conflitos latentes podem criar tensões maiores, transformando-se em rivalidades. A prática bastante popular entre governos fracos de tentar aumentar a coesão interna e o apoio ao seu discurso através da “demonização” de seus vizinhos ou da sobrevalorização de contenciosos territoriais contribui para minar as tentativas de integração regional (MAGALHÃES, 2010: 103).

Assim, determinados conflitos ganham destaque nas agendas bilateral e regional, deteriorando-as, inevitavelmente. Uma estratégia comum a todos os casos de disputa territorial da região andino-amazônica é evitar tratar diretamente do litígio e continuar promovendo relações econômicas e cooperativas (MAGALHÃES, 2010: 114). O objetivo alegado é sempre o de não deixar que uma tensão pontual “contamine toda a agenda bilateral”. Essa estratégia não tem tido sucesso porque, em determinados momentos, o litígio sempre ressurgirá, favorecendo a desconfiança e a rivalidade. E por se tratar de democracias jovens, a América do Sul ainda enfrenta outro elemento desagregador: a inconstância da política externa. Essa inconstância implica em predomínio de políticas de governo em detrimento de objetivos de Estado, voltadas para o longo prazo. É o caso dos questionamentos sobre os acordos existentes e às decisões de mecanismos de solução pacífica de controvérsias. A Bolívia questiona – politicamente, não juridicamente – o Pacto de Trégua, de 1884<sup>6</sup>; o Equador, a demarcação que se seguiu ao Protocolo do Rio, de 1941<sup>7</sup>; a Venezuela continua questionando o Acordo de Genebra, de 1966.<sup>8</sup>

A instabilidade também resulta na transformação de um conflito latente em “causa nacional”, com a finalidade de ganhar apoio popular. Exacerbando a insatisfação com o *status* territorial, os governantes procuram promover a ideia de que a ampliação de um território é a solução para a miséria de seu país. Pensando assim, a Bolívia tem reiterado seu pleito territorial em direção ao Pacífico; o Equador alimenta sentimentos de revanchismo contra o Peru, e recentemente, a presidente argentina Cristina Kirchner tornou a disputa pela soberania das Ilhas Malvinas com a Grã-Bretanha um tema central de sua política externa. Outro caso bastante emblemático é o da Venezuela, que em 2006 acrescentou uma oitava

---

<sup>6</sup> O pacto pôs fim às hostilidades entre Bolívia e Chile após a Guerra do Pacífico.

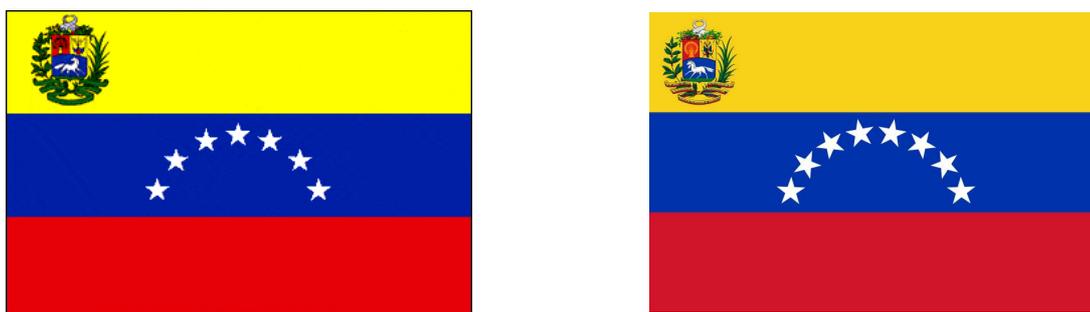
<sup>7</sup> Assinado após a Guerra peruana-equatoriana, de 1941 a 1942, motivada por contestações acerca dos acidentes geográficos que determinam a fronteira entre os dois países.

<sup>8</sup> Sobre disputas territoriais com a Guiana.

estrela à sua bandeira, com a justificativa de fazer um tributo à contribuição da província da Guiana na luta da independência venezuelana no século XIX. Com essa atitude, o país procura, na verdade, manter vivo o sentimento de vítima da imposição do imperialismo britânico.

### **Figura 3**

#### **Bandeira venezuelana antes e depois de 2006**



Provavelmente por considerar cuidadosamente as dificuldades conceituais e pragmáticas para a construção de uma união sólida entre os países da América do Sul, o Brasil pôde liderar a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)<sup>9</sup> e o CDS. A priorização do diálogo político, das políticas sociais, da cooperação em energia, infraestrutura, financiamento, meio ambiente e defesa, pode, finalmente, lançar bases para uma América do Sul verdadeiramente integrada.

A última missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, liderada pelo Brasil e que ainda está em curso, significou o primeiro projeto de participação combinada sub-regional em uma missão de paz. Apoiado pela Argentina, o plano brasileiro foi o de unificar critérios de defesa na América do Sul e criar bases de uma indústria de defesa regional.

Indubitavelmente, as hipóteses de guerra com os países vizinhos vinham servindo de inspiração para o aparelhamento das forças armadas dos países sul-americanos e, por essa razão, é imprescindível que se tomem, desde logo, medidas capazes de eliminar as suspeitas e ressentimentos existentes entre os militares desses países a fim de se estabelecer um efetivo programa de integração na área militar. Bernal-Meza aponta para os efeitos desagregadores da falta de diálogo na região, ao reportar um episódio ocorrido entre Brasil e Argentina: “las

---

<sup>9</sup> A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é formada pelos doze países da América do Sul. Segundo seu estatuto, A UNASUL tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. O CDS é um de seus Conselhos.

megacompras de material militar em las que embarcó el gobierno Lula desde 2005 preocupan a las autoridades argentinas, las cuales esperaron sin êxito explicaciones por parte del propio Lula” (2008: 169). O equacionamento de problemas como esse veio por meio de diversas diretivas de transparência presentes no estatuto e planos de ação do CDS. Além do incentivo à publicação do Livro Branco de Defesa<sup>10</sup> de cada país, os países membros atualmente divulgam publicamente seus gastos, organização, funções e procedimentos de seus ministérios de defesa, reduzindo assim possíveis falhas em mecanismos de consulta e coordenação política através do incentivo ao diálogo aberto.

### **3.1. O CAMINHO PARA A INTEGRAÇÃO**

Como parte dos estudos sobre a integração militar na América do Sul, já em 1996 o Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal listava as etapas necessárias para consolidação desse processo. Entre elas estariam:

- a) o intercâmbio de pessoal militar, de todos os níveis, para cursos ou outras atividades, como visitas ou estágios em unidades militares, etc;
- b) a realização de exercícios militares em conjunto;
- c) a adoção de medidas para compatibilizar os sistemas logísticos;
- d) a cooperação na área da indústria de material de defesa; e
- e) O estabelecimento da colaboração no setor de pesquisas militares, de modo a criar a massa crítica de inteligência e de recursos financeiros necessários a projetos desse tipo;

Quando esses itens são comparados com alguns dos objetivos listados no Plano de Ação 2010-2011 do Conselho, percebe-se um alinhamento de propósitos. Alguns desses objetivos são:

- a) Organizar uma conferência sobre lições aprendidas em operações de paz, tanto no âmbito interno como multilateral. Responsável: Uruguai. Corresponsável: Argentina.
- b) Gerir a consolidação do diagnóstico da indústria e tecnologia de defesa dos países membros. Responsável: Equador.

---

<sup>10</sup>Editado pelos ministérios de defesa, a publicação dá divulgação a dados orçamentários, institucionais e materiais sobre as Forças Armadas, a fim de conferir transparência às políticas de defesa do país.

- c) Identificar possíveis áreas comuns de parceria estratégica para promover a complementaridade, a investigação, cooperação técnica e transferência de tecnologia. Responsável: Argentina.
- d) Promover a cooperação bilateral e multilateral na indústria e tecnologia de defesa entre os países membros do Conselho de Defesa Sul-americano. Responsável: Venezuela. Corresponsável: o Equador.
- e) Desenvolver um programa de formação em Defesa, dirigido a representantes civis dos Estados-Membros do Conselho. Responsável: Argentina. Corresponsável: Chile.
- f) Realizar um curso de defesa a ser realizada a partir de março de 2011, na Escola Superior de Guerra no Brasil, destinado a pessoal civil e militar. Responsável: Brasil.
- g) Consolidar o inventário das capacidades de defesa dos países. Responsável: Brasil. Corresponsável: Colômbia.
- h) Propor mecanismos para a utilização do inventário das capacidades de defesa dos Estados-Membros em caso de desastres naturais. Responsável: Brasil. Corresponsáveis: Chile, Peru, Colômbia, Venezuela.

Percebe-se nessas ações a preocupação em desenvolver mecanismos que aumentem a confiança entre os Estados-Membros, que estabeleçam objetivos comuns e que permitam uma verdadeira integração entre as forças armadas, e não uma conjuntura de simples cooperação. Conceitualmente, a cooperação é uma estratégia contextualizada e pode ser abandonada de acordo com a conveniência, enquanto a integração regional é menos flexível, pois pode resultar em novas entidades políticas, ou ainda em uma mudança nas últimas (MARIANO, 2007: 141). Por maior sucesso que a cooperação possa atingir, este não é o elemento que garante a estabilidade e consolidação do projeto, porque suas necessidades requerem uma identidade comum.

O processo de integração em defesa dos países da América do Sul, para se consolidar, precisa fortalecer a confiança entre os militares e em grupos relevantes da sociedade civil, que precisa acreditar que a integração gerará mais benefícios do que custos, identificando nas propostas instrumentos que lhes garantam o cenário futuro positivo que almejam (MARIANO, 2007: 142).

Em função das diferenças regionais, das tensões ainda latentes e das diversas desconfianças no universo sul-americano, é necessário um elemento agregador no processo

de formação de integração regional. Conforme Tanno (2003), esse elemento seria a percepção de um risco à segurança de cada um dos membros, já que “o sucesso de uma iniciativa de securitização não depende apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança” (TANNO, 2003: 57).

Provavelmente a ameaça mais fortemente percebida entre os países sul-americanos é a cobiça internacional sobre os recursos naturais encontrados na região. A América do Sul possui cerca de um quarto das terras potencialmente aráveis do planeta, a maior biodiversidade mundial, a segunda reserva de água doce, além de quantidade razoável de petróleo e minerais. Essa percepção, especialmente compartilhada entre os militares sul-americanos, ganhou destaque no Estatuto do CDS, que coloca como um dos seus objetivos o de “fomentar a defesa soberana dos recursos naturais de nossas nações” (Estatuto, CDS, 2009).

De fato, “construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa” é um dos objetivos gerais apresentados no estatuto do CDS. Essa identidade estaria alicerçada num conjunto de normas que os países da região têm interiorizadas e que já em 2005 foram apontadas como comuns a todos os países da região por Kacowicz: “respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, não intervenção em seus assuntos internos e autodeterminação dos povos”. Identificando aí outro elemento a promover a coesão dos países membros, o Estatuto do CDS lista todas essas características como princípios fundamentais de sua formação (Estatuto, CDS, 2009).

Mônica Hirst entende as iniciativas para a integração latino-americana como o resultado da crise do multilateralismo sob a égide dos Estados Unidos (HIRST, 1996: 23-24). A desilusão latino-americana em relação à OEA e ao TIAR derivou da imobilidade desses mecanismos e da propensão norte-americana de intervir abertamente ou de forma oculta em países latino-americanos. Desta forma, a percepção de que países mais poderosos poderiam usar o conceito de “soberania relativa”, segundo o qual a noção tradicional de soberania seria incompatível com a atual interdependência internacional, para se apropriarem de suas riquezas, acabou por tornar-se um elemento agregador na esfera de segurança sul-americana. Além dos benefícios esperados em termos de indústria de defesa, aumento da confiança entre os países da região e criação de uma “zona de paz” verdadeira, busca-se também criar o efeito de dissuasão militar.

A dissuasão militar faz parte de um processo caracterizado pelo emprego do poder militar sem chegar ao nível da violência, que pode compreender desde uma simples visita de navios de guerra a um país estrangeiro até a decretação de uma interdição aérea (VIDIGAL,

1996: 4). Há uma faixa considerável de possibilidades de uso do poder militar do país na defesa de seus interesses, sem que se configure uma situação de guerra. Este tem sido o uso mais frequente do poder militar desde o fim da Segunda Guerra Mundial. E este é um dos objetivos, ainda que não declarado, do Conselho de Defesa Sul-americano.

### 3.2 RESULTADOS OBSERVADOS

Apesar da complexidade do cenário regional, a atuação brasileira parece ter contribuído para a consolidação do CDS, passados alguns anos de sua fundação. Com a coincidência de objetivos dos Estados e o compartilhamento de uma mesma “identidade” por parte dos militares, existe, indiscutivelmente, uma real aproximação das forças armadas sul-americanas. Dinâmicas pacíficas intensificaram-se e passaram a predominar na região também fora do eixo Argentina-Brasil. Exercícios militares conjuntos tiveram início nos anos 1990 (AVELAR GIANNINI, ET ALI, 2008: 76) e hoje são atividades programadas entre Brasil, Argentina, Chile, Venezuela e Peru, normalmente observados por Bolívia, Paraguai e Uruguai. Apenas o Brasil possui cerca de 70 acordos bilaterais em defesa com os vizinhos sul-americanos. Esses acordos vão da “cooperação mútua para o combate ao tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais”, como o existente entre a Colômbia e a Venezuela, até uma declaração de intenções de participação em projeto da nova aeronave militar desenvolvida pela EMBRAER, o KC-390<sup>11</sup>. A cooperação entre forças armadas argentinas, brasileiras e chilenas é intensa e inclui troca de oficiais, exercícios militares conjuntos, regimes de controle de armamentos e até formulação de estratégias de defesa comuns no Atlântico Sul. Argentina e Chile têm promovido uma verdadeira integração militar, atuando de forma combinada já no nível operacional. Em 2005 um acordo firmado entre esses dois países criou as Forças de Paz Combinadas, cujo treinamento e atividades ficaram a cargo de um Estado-Maior Conjunto (MAGALHÃES, 2010: 118). Há pouco mais de trinta anos, quando os dois países quase chegaram a um conflito armado pelos limites territoriais no canal de Beagle<sup>12</sup>, este era um cenário difícil de ser vislumbrado.

---

<sup>11</sup> Entrevista com funcionário do MD que solicitou não ser identificado.

<sup>12</sup> A região de Beagle, apesar de ser apenas um emaranhado de ilhas cercando o canal, possui importância em função dos aspectos geográficos estratégicos, por dividir os oceanos atlântico e pacífico e dar acesso à Antártica; e pelos aspectos econômicos, em função dos recursos naturais ali existentes (urânio e petróleo).

## CONCLUSÃO

Persistem na América do Sul tensões ainda latentes e desconfianças geradas principalmente pela não aceitação de soluções dadas a antigas disputas territoriais. Não obstante, os analistas em geral reconhecem não haver atualmente rivalidades agudas como as que quase levaram Argentina e Chile a um conflito armado pelo Canal de Beagle, em 1978.

Diversos fatores contribuíram para esse quadro de relativa tranquilidade na região, destacando-se a sedimentação dos processos de redemocratização da América do Sul e a aproximação entre Brasil e Argentina a partir do final dos anos setenta. Além desses fatores, percebe-se uma vontade real de criar uma zona de paz na região, abrindo caminho para o desenvolvimento e o progresso que os sul-americanos perseguem há tempos.

No processo de integração ainda em curso, os militares assumem um papel de especial relevância, catapultados pela noção geral de que há uma “identidade militar” que compartilha ideais, discursos e objetivos, facilitando o arranjo entre os Estados.

A ideia de integração regional como forma de defesa contra Estados mais fortes é bastante difundida entre os militares, principalmente os brasileiros, que vêm na região amazônica uma fonte constante de cobiça estrangeira. A reativação do Comando Sul norte-americano e sua Quarta Frota, a insistência daquele país em participar de acordos bilaterais com alguns países latinos, e a reação negativa para as iniciativas de integração entre os países da América do Sul parecem confirmar que esse receio pode ter fundamento.

O medo de serem submetidos à vontade americana, e de se verem expropriados de suas riquezas naturais deu o impulso inicial à formação do Conselho de Defesa Sul-Americano.

A consolidação do CDS para integração em defesa na América do Sul, entretanto, não foi simples. Além das pressões dos Estados Unidos, que ainda procuram manter a região como uma zona sob sua tutela, existia a preocupação de que o Conselho apenas servisse aos sonhos de poder regional dos brasileiros, sem trazer mudanças concretas para os demais. Outra preocupação era de que a integração fosse servir apenas de palco para o discurso bolivariano do presidente da Venezuela – preocupação que vinha dos discursos inflamados de Hugo Chávez em reuniões do Conselho.

Todavia essas apreensões foram se dissipando em função de um forte empenho político brasileiro e da adoção de uma agenda efetivamente preocupada em fomentar um regime de integração, e não apenas de simples cooperação entre seus membros. Passados cerca de três anos desde a sua primeira reunião, o CDS vem realmente conseguindo promover

uma integração entre seus países, através de medidas de transparência, trabalhos e operações conjuntas, intercâmbio de militares e participação de todos no processo de elaboração de planos e objetivos comuns.

Ao respeitar as características políticas dos países sul-americanos, fortemente marcados em seu caráter nacional os princípios da não-intervenção, soberania e territorialidade, o CDS está conseguindo manter a coesão de seus membros em um nível nunca visto no subcontinente. As medidas de transparência e confiança adotadas pelo Conselho, se não dissiparam tensões pré-existentes, estão servindo para minimizar as desconfianças entre os países membros, mitigando uma possível corrida armamentista gerada pela falta de informação e pela subordinação cega às hipóteses de guerra dos centros de inteligência. O aumento no número de acordos celebrados entre os países sul-americanos, nas operações conjuntas, intercâmbios e cooperação industrial na área de defesa permitem afirmar que o Conselho de Defesa Sul-Americano tem conseguido integrar as forças armadas da América do Sul.

Criado em função das percepções de ameaças ao subcontinente, o Conselho de Defesa Sul-Americano caminha em busca da consolidação da “zona de paz” na América do Sul, desejo expresso por seus membros. No processo, utiliza-se da coesão para reforçar suas capacidades militares a fim de dissuadir possíveis oponentes. Segue, pois, os ensinamentos de Bismarck, o chanceler de ferro alemão, para quem: “Quanto mais fortes somos, menos provável é a guerra”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Paulo Sergio A. do. A conferência dos exércitos americanos e as atuais posições do exército brasileiro, no contexto das relações internacionais. Rio de Janeiro. ECEME. 2004.
- AMORIM, Celso. “La comunidad de seguridad sudamericana”. Discurso do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, na Escuela de Defensa Nacional. Buenos Aires, 5 de setembro de 2011.
- AVELAR GIANNINI, Renata; CAVALLER GUZZI, André. KALIL MATHIAS, Suzeley. “Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 51, número 1, janeiro-junho, 2008, pp. 70-86.
- BERGSMANN, Stefan. “The Concept of Military Alliance”. TRUPPENDIENST International. *Austrian Armed Forces*. vol. 3. no. 2. p. 20. 2010.
- BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil em La Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estratégias, cooperación y factores de tensión). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol 51, número 2, julho-dezembro, 2008.
- BIZZOZERO, Lincoln. América Latina a inicios de la segunda década Del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y La regionalización fragmentada. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 54, número 1, 2011.
- BRANDS, Hal. **Dilemmas of brazilian grand strategy**. Monografia (Mestrado em Ciência Política) Strategic Studies Institute of United States Army War College. Carlisle. 2010.
- BRASIL, CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política de Defesa Nacional - Decreto n.º 5.484 de 30 de junho de 2005**. Brasília.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Medidas de Confiança e Segurança do Conselho de Defesa Sul-Americano**. Brasília. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/index.php/component/content/article/2453985.html>. Acessado em 24 de março de 2012.
- BRASIL. **DECRETO n.º 922**, de 10 de setembro de 1993. In: Coleção das Leis da República Federativa do Brasil, v. 185, n. 9, set. 1993. Brasília: Imprensa Nacional, 1993.
- CAMARGO, Sonia. O Processo de Integração Regional: Fronteiras Abertas para os Trabalhadores do MERCOSUL. *Contexto Internacional*, vol. 32, n. 2, jul/dez 2010.
- CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: traços estruturais e dinâmica conjuntural. *Análise de Conjuntura OPISA*, nº 9, agosto 2005.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.
- CLAUDE JR, Inis L. Collective security as an approach to peace. In: GOLDSTEIN, Donald M.; SHAFRITZ, Jay M.; WILLIAMS, Phill. **Classic Readings and Contemporary Debates in International Relations**. 3 ed. Florence: Wadsworth Publishing, p. 210-220, 2006.
- COLEMAN, Bradley L. United States Southern Command. Disponível em:

- <<http://www.southcom.mil/aboutus/Pages/History.aspx>>. Acessado em 24 de março de 2012.
- CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. Medidas de fomento de la confianza y seguridad. Disponível em:  
<[http://www.unasurcds.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=490%3Amedidas-de-fomento-de-la-confianza-y-seguridad&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=PT](http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=490%3Amedidas-de-fomento-de-la-confianza-y-seguridad&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=PT)>. Acessado em 24 de março de 2012.
- CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. **Plan de acción 2010 – 2011**. Buenos Aires: 2010.
- CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. **Estatuto Del Consejo de Defensa Suramericano**. Santiago: 2008.
- COSTA, Wanderley Messias. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. *Confins* (Online), número 7. 2009. Disponível em <<http://confins.revues.org/index6107.html>>. Acessado em 24 de março de 2012.
- DEAK, André. Estudo do Exército detalha presença militar norte-americana na América do Sul. *Agência Brasil*. 18 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-01-18/estudo-do-exercito-detalha-presenca-militar-norte-americana-na-america-do-sul>>. Acessado em 24 de março de 2012.
- ETCHEBERRY, Alberto Ferrari. El Mercosur, presente y futuro. In: Diálogos, Rio de Janeiro, Comisión Sudamericana de Paz (CSP), maio-agosto 1996, pp. 6-9.
- FAUSTO, Sergio; SORJ, Bernardo. O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas. *Política Externa*, vol. 20, n. 2, p.11-22, Set./Out./Nov. 2011.
- FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. *Contexto Internacional*, vol. 32, n. 2, jul/dez 2010.
- FONSECA JUNIOR, Gelson; LEÃO, Valdemar Carneiro (Orgs.). **Temas de política externa brasileira**. Brasília: Ática, 1989.
- FONTELA, Wendy; GRIZZARD, Mary; MANWARING, Max G.; REMPE, Dennis. **Building regional security cooperation in the western hemisphere: issues and recommendations**. Carlisle: U.S. Army War College. 2003.
- GRIFFITHS, John E. Processes of regional defence integration: The South American Defence Council – UNASUR - A new attempt? *Journal Globalization, Competitiveness and Governability*. Georgetown, Vol. 3, nº 1, pp. 104-119, 2009.
- HIRST, Mônica. **Democracia, Seguridad e Integración: America Latina en um mundo em transición**. Grupo Editorial Norma S.A. Buenos Aires: 1996.
- JARDIM, Cláudia. Colômbia adere a Conselho de Defesa Sul-americano. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080719\\_lulauribeconselho\\_cj\\_cg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080719_lulauribeconselho_cj_cg.shtml)>. Acesso em 24 de março de 2012.
- LUZ, Thaíze Ferreira. A Integração Latino-Americana e o MERCOSUL sob o olhar da História e do Direito Internacional. *Biblos*, vol. 22, número 2. Rio Grande: 2008.
- MAGALHÃES, Diego Trindade Davila. **Formação de uma comunidade de segurança na América do sul**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília. Brasília. 2010.

- MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o estado. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, número 71. São Paulo: 2007.
- MARTIN, Félix E. Os militares e a paz regional na América do Sul, 1935-1995. In: SAINT-PIERRE, H. L.; MATHIAS, S. K. (Org.). **Entre votos e botas: as forças armadas no labirinto latino-americano do novo milênio**. São Paulo. Ed. Unesp: 2001. pp. 73-92.
- MEDEIROS FILHO, Oscar. Agenda brasileira para uma arquitetura sul-americana de defesa sob uma perspectiva militar. In: Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas, 2. 2009. São Paulo. Anais... São Paulo: UNESP, UNICAMP e PUC/SP, 2009.
- MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Tese (doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010, pp 240.
- MÉNDEZ, Alejandro. UNASUL terá doutrina de defesa independente dos Estados Unidos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 27 de maio de 2011. pp. 15.
- MILNER, Helen. International theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses. *World Politics Review*, vol. 44, número 3, abr 1992.
- MONTEIRO, Raymundo Guarino. Uma percepção sobre a segurança hemisférica, a defesa do espaço regional e tropas de paz. Palestra proferida no IV Encuentro Nacional de Estudios Estratégicos, Buenos Aires, 17 a 19 de setembro de 2001.
- NETO, Raul de Gouvea. How Brazil competes in the global defense industry. *Latin American Research Review*, Vol. 26, nº 3, pp. 83-107, 1991.
- OKAMURA, A. K.; LIMA, R. N. de Oliveira; ARAUJO, F. E. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: Integrar é preciso!** ECEME. Rio de Janeiro: 2007.
- OLIVEIRA, E.R. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa no Governo FHC**. Editora Manole. São Paulo: 2004.
- PASTORE, Fortunato. **Soldados nus: filhos do acaso ou filhos da glória. Estratégia militar e economia na América independente - 1810-2000**. USP. São Paulo: 2007.
- PASTORE, Fortunato. Notas de Aula da Disciplina de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: 2009.
- PIMENTEL, Carolina. Militares brasileiros visitarão países da América Latina para articular plano de defesa para região. *Agência Brasil*. 23 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2007-10-23/militares-brasileiros-visitarao-paises-da-america-latina-para-articular-plano-de-defesa-para-regiao>>. Acessado em 24 de março de 2012.
- RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul: Viabilidade de uma força multinacional permanente**. ECEME. Rio de Janeiro: 2006. 117p.
- REITER, Dan. Learning, Realism and Alliances: The Weight of the Shadow of the Past. *World Politics*, vol. 46, número 4. Jul 1994.
- SANTOS, Theotônio. América latina: democratização e ajuste estrutural. Anos 90 - revista do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 5, p. 29-44 jul. 1996.

- SCHILLING, Voltaire. **EUA X América Latina: as etapas da dominação**. Mercado Aberto. São Paulo: 1991.
- SENHORAS, Elói Martins. O Conselho Sul-Americano de Defesa e as Percepções da Construção da Segurança Cooperativa no Complexo Regional da América do Sul. In: Retos a la Seguridad y Defensa en un Ambiente Político Complejo: Cooperación y Divergencia en Suramérica. 2009. Cartagena. Anais... Cartagena: Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, 2009.
- SOUZA, Antônio Augusto Vianna de. **Conflitos na América do Sul**. Centro de Estudos Estratégicos do Estado-Maior do Exército. Brasília: 2008.
- TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. Rio de Janeiro. *Contexto Internacional*, vol. 25, nº 1, janeiro/junho 2003, pp.47-80.
- UNASUL. **TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL**. 2008.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.
- VAZ, Viviane. Brasil-Colômbia: espaço aéreo é compartilhado. *Jornal Correio Brasiliense*. Mundo, p. 27. 12 de março de 2009.
- VIANA, Natália. Aos EUA, Uribe reclamou de “espírito imperial” brasileiro. *Carta Capital*. Disponível em <<http://cartacapitalwikileaks.wordpress.com/2011/02/17/uribe-brasil-tem-espirito-imperial/>>. Acessado em 24 de março de 2012.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Integração sul-americana: segurança regional e defesa nacional. *Caderno Premissas*, no 14, dez/1996, pp. 103-138.
- VIGEVANI, Tullo; FAVARON, Gustavo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; CORREIA, Rodrigo. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, número 1. 2008.
- VIGEVANI, Tullo; RAMAZINI JÚNIOR, Haroldo. Pensamento Brasileiro e Integração Regional. *Contexto Internacional*, vol. 32, número 2. jul./dez 2010.